



**O PENSAMENTO CRÍTICO E AÇÃO CRÍTICA: DISPOSITIVOS FREIRIANOS
NECESSÁRIOS PARA A PRÁXIS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

***CRITICAL THINKING AND CRITICAL ACTION: FREIREAN TOOLS NECESSARY
FOR PRAXIS IN UNIVERSITY EXTENSION***

***PENSAMIENTO CRÍTICO Y ACCIÓN CRÍTICA: HERRAMIENTAS FREIREANAS
NECESARIAS PARA LA PRAXIS EN LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA***

Paulo Sergio Souza Vasconcelos¹

Resumo: Este artigo traz uma análise sobre a importância do pensar crítico e a ação crítica como dispositivos freirianos para a Práxis na Extensão Universitária. Nesse âmbito o objetivo deste artigo é refletir criticamente, tanto sobre os *que fazeres* freirianos para a ação praxica no campo da extensão, quanto discorrer, analiticamente, sobre os cinco princípios extensionistas constantes no documento Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) – interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social. Metodologicamente, o trabalho desenvolveu-se a partir de uma análise documental sobre as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, seguida de uma revisão bibliográfica, amparada numa construção reflexiva *transformativa*. Considerando as reflexividades que compuseram este labor científico sobre a práxis na Extensão Universitária, foram as seguintes ponderações epistêmicas destacadas: a territorialidade conceitual da extensão universitária; o pensar e agir criticamente; o processo freiriano da conscientização coletiva numa ação extensionista e a composição definidora da Práxis na Extensão Universitária.

Palavras-chave: Pensamento crítico. Ação crítica. Ação extensionista. Práxis extensionista.

Abstract: *This article analyzes the importance of critical thinking and critical action as Freirean tools for praxis in university extension. Within this context, the objective of this article is to critically reflect on both Freirean practices for practical action in the field of extension and to analytically discuss the five extension principles contained in the National Policy on University Extension (FORPROEX, 2012) – dialogical interaction; interdisciplinarity and interprofessionalism; the inseparability of teaching, research, and extension; impact on student training; and impact and social transformation. Methodologically, the work developed from a documentary analysis of the guidelines for Extension in Brazilian Higher Education, followed by a bibliographic review, supported by a transformative reflective construction. Considering the reflexivities that composed this scientific work on praxis in university extension, the following epistemic considerations were highlighted: the conceptual territoriality of university*

¹ Mestre em Teologia – Área de Concentração: Religião e Educação, pela Escola Superior em Teologia (EST), São Leopoldo (RS). Professor Assistente do Departamento de Ciências de Educação/DCIE da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa Paulo Freire (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2254-1353> E-mail: pssvasconcelos@uesc.br

extension; critical thinking and action; The Freirean process of collective awareness in an extension activity and the defining composition of Praxis in University Extension.

Keywords: *Critical thinking. Critical action. Outreach action. Outreach praxis.*

Resumen: *Este artículo presenta un análisis de la importancia del pensamiento crítico y la acción crítica como herramientas freireanas para la praxis en la extensión universitaria. En este contexto, el objetivo es reflexionar críticamente sobre las prácticas freireanas para la acción práctica en el ámbito de la extensión y analizar los cinco principios de extensión contenidos en la Política Nacional de Extensión Universitaria (FORPROEX, 2012): interacción dialógica; interdisciplinariedad e interprofesionalidad; inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión; impacto en la formación del estudiantado; e impacto y transformación social. Metodológicamente, el trabajo se desarrolló a partir de un análisis documental de las directrices para la Extensión en la Educación Superior Brasileña, seguido de una revisión bibliográfica, sustentada en una construcción reflexiva transformadora. Considerando las reflexividades que conformaron este trabajo científico sobre la praxis en la Extensión Universitaria, se destacaron las siguientes consideraciones epistémicas: la territorialidad conceptual de la extensión universitaria; el pensamiento y la acción críticos; el proceso freireano de concientización colectiva en una acción de extensión; y la composición definitoria de la Praxis en la Extensión Universitaria.*

Palabras clave: *Pensamiento crítico. Acción crítica. Acción de extensión. Praxis de extensión.*

Introdução

Este empreendimento teórico-heurístico alicerça-se numa abordagem de pesquisa qualitativa, de exploração documental e bibliográfica, cuja centralidade laboral está voltada para a investigação e para o entendimento do significado que indivíduos ou grupos atribuem à questão praxica da Extensão Universitária, objetivando torná-la uma instrumentalidade de emancipação, de protagonismos, insurgências, decolonialidades e possibilidades outras de pensamentos e ações que colaboram para a transformação das realidades e das vidas dos seres humanos nas existencialidades. Para John Creswell numa perspectiva transformativa:

[...] a pesquisa objetiva ações para reformas que **possam mudar** as vidas dos participantes, as instituições nas quais os indivíduos trabalham ou vivem e a vida dos pesquisadores. Além disso, é preciso tratar de temas específicos, **relacionados a questões sociais importantes e atuais**, como



empoderamento, desigualdade, opressão, dominação, supressão e alienação. (Creswell, 2021, p. 7, grifo nosso).

Isto posto, é mister evidenciar que o objetivo desta escrita é apresentar e refletir criticamente, em um viés mais conceitual, os *que fazeres* (Freire, 2011) e os cinco princípios extensionistas constantes no documento Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) – interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social.

Para tal intento, operacionalizou-se um conjunto de métodos bibliográficos que se configuraram como fases hermenêuticas, a partir do entendimento e compreensão sobre a territorialidade definidora da Extensão Universitária, com escopo de engendrar pensares e *que fazeres* mais assertivos, dinamizadores de práticas extensionistas insurgentes, transgressoras, decoloniais, promotoras da justiça curricular (Torres Santomé, 2013) nos *espaçotempos* de Curricularização da Extensão. Foram utilizados os seguintes métodos bibliográficos: Indagação Interpelativa; Interpretação; Reflexão; Análise e Conceituação.

Este empreendimento científico sustenta-se no córrego textual crítico-reflexivo dos seguintes fluxos temáticos: A Extensão Universitária – a Territorialidade Conceitual; Pensar e Agir Criticamente – o Molho da Extensão Universitária; A Práxis na Extensão Universitária e, por fim, uma Síntese Conclusiva sobre a racionalidade aqui desenvolvida no transcurso desta escrita.

A Extensão Universitária: a territorialidade conceitual

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresentou às Universidades Públicas e à sociedade que o conceito de Extensão Universitária, “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28).



Inicialmente, faz-se necessário indagar de maneira interpelativa: *qual o significado do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão?*

Este princípio excogita uma territorialidade conceitual sobre a qualidade formal e política dos *pensaresfazeres* acadêmicos que possibilitam o avizinhamo entre universidade e sociedade, a auto reflexividade crítica, a autonomia, a liberdade e a emancipação teórico-prática dos(as) educandos(as), bem como o significado social do fazer acadêmico. Nesse fluxo reflexivo, pode-se afirmar que o papel e o sentido da Extensão Universitária coloca essa atividade num território de existência não separado do ensino e da pesquisa. Pelo princípio constitucional da indissociabilidade, as três dimensões devem funcionar juntas: o Ensino – formação dos estudantes; a Pesquisa – na produção de conhecimento; e a Extensão – na aplicação e troca desse conhecimento com a sociedade.

Advogar que a Extensão Universitária se configura em um processo interdisciplinar, denota que ela implica uma multirreferencialidade de saberes, significa que ela envolve diferentes áreas do conhecimento, não ficando restrita a uma única disciplina, a uma única territorialidade epistemológica. Ela é também ‘encharcada’ por conhecimentos advindos das geografias epistêmicas: a) Educativa – promotora de aprendizados para estudantes e para a comunidade; b) Cultural – potencializadora de saberes, tradições e expressões culturais; c) Científica – materializa usos e desenvolve produção de conhecimento científico; d) Política – desenvolve compreensões contextuais em busca de tomar as melhores decisões, a fim de contribuir para a cidadania particular e coletiva, para a justiça social e para a transformação da realidade.

No que diz respeito ao princípio “interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”, é válido asseverar que a universidade não pode estar hermeticamente enclausurada em seu ‘fabril’ exportador de conhecimentos, pois, ela não apenas leva conhecimento pronto, mas dialoga e aprende com a comunidade. Essa precípua relação transforma tanto a sociedade quanto a própria universidade, com seus discursos, contextos, pensares, fazeres, devires, cambiantes epistemológicos, insurgências e práticas diversas. Serva, na sua obra *A Extensão Universitária e sua Curricularização*, apresenta de maneira muito objetiva que:



[...] as atividades entre ensino, pesquisa e extensão **precisam criar um conjunto único, intrínseco, no qual elas se retroalimentam e possam resultar num círculo virtuoso.** [...] Se o objetivo precípua da universidade, [...], é gerar conhecimento **pluriversitário** e torná-lo acessível, a **indissociabilidade torna-se imprescindível**, pois somente com essas fases é possível fazer com que ocorra a interação entre universidade e sociedade, bem como conhecimento gerado pela universidade e apto a ser transmitido ganhe importância para os atores que estão fora dela, dentro do seu contexto social. (Serva, 2020, p. 75, grifo nosso).

O círculo virtuoso, do ensino-pesquisa-extensão, cujas atividades e processos se retroalimentam, apresenta-se como uma potência necessária para engendrar diálogos interativos e emancipatórios entre a universidade e sociedade, desenvolvendo conhecimentos valiosos para os seus atores *dentrofora* (Alves, 2004) da instituição superior de ensino. Nesse veio interpretativo, Santos e Almeida Filho advogam a necessidade de uma transição paradigmática do ensino universitário para o pluriversitário, no qual os conhecimentos têm as seguintes características:

Ênfase na coprodução e aplicação do conhecimento; foco nos pesquisadores e utilizadores; objetivos e ritmos da investigação são compartilhados pelos pesquisadores e participantes; metodologias participativas de investigação e pesquisa-ação; conhecimento contextual, heterogêneo e mediado por atores sociais relevantes; redução de assimetrias entre os diferentes conhecimentos; princípio organizador da produção científica é a aplicação do conhecimento; “construção de novos caminhos” inter/transdisciplinares; sistemas mais abertos e complexos; interatividade potencializada pelas tecnologias de informação e comunicação e formação cidadã e solidária. (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 10).

Dito de outra maneira, o ensino pluriversitário caracteriza-se por uma concepção de conhecimento que não nasce nem se desenvolve apenas dentro da universidade, nem a partir de uma única área ou visão de mundo. Ele é desenvolvido com coparticipação, é plural, heterogêneo, desterritorializante, intercrítico, multirreferencializado, dialogado e socialmente construído. A sua cartografia conceitual se constitui em uma prática curricular fomentadora de um conhecimento aberto, diverso e coletivo, que ultrapassa os muros da universidade e se constrói na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo múltiplas formas de saber e contribuindo para a transformação social. No que se refere ao processo interdisciplinar



inerente à Extensão Universitária, tomam-se emprestadas as conclusões teóricas de Fazenda, quando assevera que a *interdisciplinaridade* é:

[...] uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano. [...] Somente na intersubjetividade, num regime de copropriedade, de interação, é possível o diálogo, única condição de possibilidade da interdisciplinaridade. Assim sendo, **pressupõe uma atitude engajada, um comprometimento pessoal**. (Fazenda, 1994, p. 10-11, grifo nosso).

Nesse fluxo hermenêutico pode-se afirmar que a Extensão Universitária se materializa somente na relação de diálogo, troca, reciprocidade, horizontalidade, assentada no engajamento, na intersubjetividade e no compromisso político dos partícipes (docentes, discentes, membros da comunidade, universidade e organizações sociais externas) da ação extensionista, frente ao objeto do conhecimento que é a práxis na Extensão, edificando processos educativo, cultural, científico, tecnológico e político.

É nesse contexto de instrumentalização do processo dialético teoria/prática que a “Universidade está desafiada a atuar” (FORPROEX, 2012, p. 19). É importante também desvelar o significado dado à Extensão Universitária como “[...] prática acadêmica, a ser desenvolvida, conforme estabelece a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa”, constante no documento intitulado Política Nacional de Extensão Universitária (PNExt), formulada pelo FORPROEX (2012, p. 28).

A prática acadêmica extensionista aqui analisada insere-se no conjunto de *que fazeres* (Freire, 2011) intencionalmente político-educativos, orientados para a promoção de ações extensionistas virtuosas – aquelas que contribuem para o fortalecimento e salvaguarda de valores democráticos, tais como a cidadania qualificadora, a justiça social, a inclusão, a diversidade, a equidade, a educação como prática da liberdade (Freire, 1996; hooks, 2017). Nesse sentido, Os *que fazeres* da/na Extensão podem ser compreendidos, por analogia semântica, como um conjunto de práticas acadêmicas comprometidas com perspectivas insurgentes, transgressoras, emancipatórias e humanizadoras. Tais práticas fundamentam-se pela intencionalidade de produzir transformações nas realidades sociais com as quais a

universidade se relaciona, contribuindo para a construção de processos formativos e sociais mais justos e democráticos.

Para um melhor entendimento sobre a territorialidade conceitual da Extensão Universitária, é preciso também explicitar as cinco diretrizes presentes no documento identificado como a Política Nacional de Extensão Universitária – PNext: a) Interação Dialógica; b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; d) Impacto na Formação do Estudante e; e) Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012, p. 29). No que diz respeito a diretriz Interação Dialógica, a PNext pontua que:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais **marcadas pelo diálogo e troca de saberes**, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. (FORPROEX, 2012, p. 30, grifo nosso).

A ação extensionista como instrumentalidade de pesquisa exorta a perseguir um resultado teórico-prático “socialmente significativo, além de cientificamente relevante” (Botomé, 1996, p. 119). O autor assinala que, ao produzir respostas para interpelações originadas em determinada realidade social, a pesquisa promove a interação com a comunidade. Essa influência mútua dos seus agentes “tem no *diálogo/dialogicidade* uma das categorias centrais de um projeto pedagógico crítico, mas propositivo e esperançoso em relação a nosso futuro” (Zitkoski, 2010, p. 151).

A interação dialógica promove a horizontalidade dos saberes e da relação Universidade com os movimentos populares, setores e organizações sociais. O diálogo aberto, intercrítico, respeitoso, humanizante, intencionalmente político, estimula um pensar crítico-problematizador sobre a nossa existencialidade e implica uma *práxis social*, tão bem explicitada por Zitkoski no seu ato de escrita fazendo alusão aos aportes teóricos freirianos:

[...] o diálogo é a força que impulsiona o **pensar crítico-problematizador** em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos **dizer o mundo** segundo nosso modo de ver. Além disso, o diálogo implica uma **práxis social**, que é o compromisso entre a palavra dita e nossa ação humanizadora. (Zitkoski, 2010, p. 151, grifo nosso).

Para Gonçalves e Quimelli (2016), na construção do seu discurso teórico sobre a Interação Dialógica a partir da concepção freiriana, advertem que:

[...] não podemos dissociar a palavra, ou seja, o diálogo, da ação, da intervenção na realidade, pois corremos o risco de cair no verbalismo ou no ativismo. [...] Não é no verbalismo, nem no ativismo e nem tampouco no silêncio que poderemos nos beneficiar da Educação Problematizadora juntos aos nossos interlocutores nos Programas/Projetos de Extensão. **Precisamos nos acostumar a dialogar e intervir na realidade.** (Gonçalves; Quimelli, 2016, p. 26-27, grifo nosso).

Quando, ao mesmo tempo que se estabelece uma relação comunicativa com os membros da comunidade, realizam-se também práticas interventivas na realidade, com a colaboração dos interlocutores, cria-se um ambiente educativo problematizador, capaz de favorecer o desenvolvimento de uma práxis social impulsiona tanto a produção de resultados significativos quanto a construção de novos conhecimentos.

O conhecimento novo, conforme enunciado pelo FORPROEX (2012), originado por meio da interação dialógica, somente se produz e adquire significado social quando sua construção ocorre em uma comunidade extensionista acolhedora, solidária e inclusiva, que favoreça a troca de saberes populares e científicos sem práticas de discriminação, marginalização ou rejeição a quaisquer de seus membros e/ou grupos sociais. Com clareza analítica e sensibilidade humana, Vasconcelos (2014) apresenta uma geografia conceitual da comunidade:

O termo “Comunidade” nos traz uma sensação muito boa por causa dos significados que a palavra “comunidade” carrega. Sua semântica conota prazeres, possibilidades de vivências que nos fazem bem. Quando estamos dentro dela, sentimo-nos seguros, protegidos. Quando estamos fora dela, desvelam construtos subjetivos que nos fazem relacionar às ideias de perigo, prudência, alerta, estar de prontidão a cada instante. Dentro da comunidade, todos os “cantos” dificilmente são escuros. Entretanto, quando fora, temos a impressão de que os “cantos” são perigosos, escuros, ocultos. (Vasconcelos, 2014, p. 18).

Que os espaços de realização das ações extensionistas estejam sempre impregnados de um espírito organizacional catalisador de possibilidades e de vivências inclusivas, dialógicas, acolhedoras, democráticas e participativas, capazes de promover processos desterritorializantes



que edifiquem vidas e enfrentem proposições coloniais e opressoras de sujeitos e realidades. Nesse sentido, torna-se fundamental a presença da interação dialógica nas práticas desenvolvidas pelas comunidades extensionistas oriundas das universidades. No que se refere a diretriz Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, a PNExt assinala que:

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, **combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades**, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. (FORPROEX, 2012, p. 30-31, grifo nosso).

Torna-se necessário empreender reflexões de natureza compreensiva e hermenêutica acerca dos campos conceituais e das características próprias da Interdisciplinaridade e da Interprofissionalidade, a fim de atender à diretriz supracitada. Ademais, “a educação, em seu sentido genérico, é interdisciplinar em si mesma. Ela, a educação, se realiza em toda forma de manifestação cultural. Não tem limites. Não tem fronteiras estanques” (Calloni, 2002, p. 117).

Por isso é que a ação interdisciplinar é conectiva, tem a função de ligar territórios de saberes heterogêneos, no sentido de implementar, no caso específico da Extensão, atividades extensionistas propostas de maneira conjunta com a comunidade na qual a Universidade está inserida. Para Freire (1987, p. 52), o agir interdisciplinar fomenta uma ação generativa onde “[...] se ‘engorda’ de mais gentes”, fraturando com a ideia de um labor dividido em disciplinas, práticas, saberes e grupos desconexos. No que diz respeito a Interprofissionalidade, Rios, Sousa e Caputo asseveram que:

[...] a interprofissionalidade tem buscado **superar a fragmentação estruturante das instituições formadoras e dos currículos acadêmicos**, uma vez que a lógica uniprofissional não tem sido capaz de formar profissionais aptos a atuarem diante dos novos problemas da sociedade, considerando a natureza heterogênea dos fenômenos [...]. (Rios; Sousa; Caputo, 2019, p. 5, grifo nosso).

A superação da fragmentação que estrutura as instituições formadoras e seus currículos perpassa a atitude de seus membros que, em conjunto, desenvolvem suas instrumentalidades técnico-políticas, ao mesmo tempo em que constroem um ambiente de colaboração orientado



para a busca de objetivos comuns. Nesse contexto, as atividades extensionistas, concebidas sob a perspectiva da interprofissionalidade, não apenas potencializam habilidades e conhecimentos necessários a uma prática colaborativa e eficaz, como também contribuem para a formação de discentes mais críticos, reflexivos, engajados e comprometidos com ações práticas nos contextos de dentro e fora da universidade, abrangendo os cenários acadêmico, social, econômico, cultural, antropológico, político e profissional.

Sobre a diretriz Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, a PNExt assevera que a Extensão Universitária se corporifica como processo acadêmico, onde as ações de extensão precisam estar, efetivamente, vinculadas tanto ao processo de formação de pessoas (Ensino), quanto à geração de conhecimento (Pesquisa), com o escopo de tornar as atividades extensionistas produtoras de efeitos reais, alcançando assim, os objetivos elencados nos seus planejamentos previamente sistematizados (FORPROEX, 2012, p. 32).

Nesse veio interpretativo, o estudante é concebido como protagonista de sua formação técnica e cidadã, no contexto da relação entre Extensão e Ensino. A partir desse entendimento, evidencia-se a necessidade de ampliar, em termos epistemológicos, o território conceitual da “sala de aula” e do “espaço educativo”. Nesse sentido, recorro ao que está explicitado no documento da PNExt, a fim de contribuir para a compreensão da sala de aula como um espaço mais aberto, plural, heterogêneo e multirreferencial, em permanente diálogo e inter-relação com a comunidade:

Dessa maneira, emerge um novo conceito de “sala de aula”, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. “Sala de aula” são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico “estudante - professor” é substituído pelo eixo “estudante - professor - comunidade”. (FORPROEX, 2012, p. 32).

Na relação entre Extensão e Pesquisa, “[...] visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo (FORPROEX, 2012, p. 33). Numa perspectiva extensionista decolonial, as metodologias participativas possibilitam o surgimento de projetos críticos *sentipensantes*, que articulam coração e corpo, sentimento e razão, na produção de



conhecimentos e na construção de uma ecologia de saberes (Santos, 2007). Tais projetos se vinculam aos modos de vida e às formas de luta dos sujeitos envolvidos, favorecendo a emergência de múltiplas vozes e perspectivas no processo de produção do conhecimento.

Nesse contexto, abre-se espaço para uma polissemia de vozes, especialmente daquelas historicamente silenciadas ou ameaçadas pelo “sistema de guerra-morte” (Maldonado-Torres, 2008, p. 4). Trata-se das vozes oriundas das minorias, dos pobres, das mulheres, dos povos originários, das crianças, dos quilombolas e de outros grupos vulnerabilizados, frequentemente invisibilizados pelo sistema-mundo colonial-moderno (Mignolo, 2017). Ademais, a PNExt recomenda:

Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidas e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos. Sociais. (FORPROEX, 2012, p. 33).

Destarte, a PNExt, ao referenciar esse caminho orientador para o desenvolvimento das atividades extensionistas, está expressando que as ações de extensão não podem ser improvisadas, nem neutras, sem intencionalidade política, se realmente quiserem contribuir para a transformação social. Vale destacar que as orientações da PNExt preceituam que não basta executar atividades com cariz extensionista, é preciso avaliar os resultados (produtos) e, sempre que possível, os impactos sociais, para verificar se a ação realmente produziu mudanças positivas. A respeito da diretriz Impacto na Formação do Estudante, a PNExt descreve que “as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam” (FORPROEX, 2012, p. 34).

Nesse construto reflexivo, as atividades de Extensão Universitária, em suas diversas modalidades acionáveis, pedagogicamente implicadas na contextualização e problematização das emergências contemporâneas, contribuem para a construção de profissionais críticos, emancipados, políticos e socialmente comprometidos, capazes de atuar na transformação da realidade, em articulação indissociável com o ensino e a pesquisa. Importa frisar o que bem

asseverou José Carlos Miguel (2023, p. 9) sobre o principal encargo da universidade – a centralidade da sua função “[...] é construir saberes, [...], impõe a ela compromisso com a verdade, com a justiça social, com a busca da igualdade, com a beleza, com a arte, com a cultura, enfim, um compromisso tácito com a ruptura e com a inovação”. Em relação a diretriz Impacto e Transformação Social, a PNext (FORPROEX, 2012) destaca que:

A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se **estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora**, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o **aprimoramento das políticas públicas**. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política. Nesse sentido, **a diretriz Impacto e Transformação Sociais imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político**. (FORPROEX, 2012, p. 35-36, grifo nosso).

Tem-se consciência, e uma compreensão bastante **precisa**, de que a diretriz “Impacto e Transformação Social” estabelece como princípio que a Extensão Universitária deve produzir mudanças reais e significativas na realidade social, e não apenas realizar atividades pontuais ou de caráter assistencialista. Nesse sentido, a diretriz “Impacto e Transformação Social” reforça que a extensão universitária deve ser socialmente comprometida, engajada, insurgente, desterritorializante, dialógica e transformadora, produzindo mudanças concretas tanto na sociedade quanto na própria universidade.

Pensar e agir criticamente: o molho da Extensão Universitária

No início desta seção, antes de discorrer propriamente sobre o “pensar e agir criticamente”, torna-se pertinente abordar a concepção de educação bancária formulada por Paulo Freire (1979). Tal referência é necessária para situar que a adoção dessa perspectiva no âmbito da Extensão Universitária configuraria um paradoxo conceitual e prático, uma vez que ela se mostra incompatível com os princípios que orientam a formação crítica e reflexiva dos sujeitos envolvidos nas práticas acadêmicas.



Isso porque a lógica da educação bancária pouco contribui para a consolidação de um ensino comprometido com processos de ação-reflexão-ação e com o envolvimento prático nas realidades locais. Em contraposição, a Extensão Universitária demanda práticas formativas baseadas na participação, no engajamento e na interação dialógica, capazes de promover processos de pesquisa-ação (Thiollent, 1986) e de fomentar itinerários histórico-críticos emancipatórios. Tais princípios são fundamentais para a construção de iniciativas extensionistas voltadas à transformação das condições de vida e das realidades sociais com as quais a universidade se relaciona.

A centralidade conceitual da Educação Bancária assenta-se em um processo de narração ou dissertação, no qual o sujeito que narra – o educador – encontra, do outro lado, interlocutores dóceis e passivos, configurados como objetos pacientes e ouvintes – os educandos (Freire, 1979). Ademais, segundo Freire, as características da Educação Bancária são as seguintes:

a) o educador é o que educa; os educandos, os que são educados; b) o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; c) o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; d) o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; e) o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; f) o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; g) o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador; h) o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nesta escolha, se acomodam a ele; i) o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; j) o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos. (Freire, 1979, p. 67-68).

Diante do exposto, reafirma-se de modo categórico que seria um equívoco adotar os pressupostos da Educação Bancária como orientação didática para a operacionalização dos *pensaresfazeres* na/da Extensão Universitária. Tal perspectiva mostra-se incompatível com os princípios que orientam as práticas extensionistas comprometidas com a formação crítica e com a transformação social. Nesse sentido, esta reflexão advoga, como horizonte teórico-prático, a materialização do pensar e agir criticamente, compreendidos como fundamentos estruturantes



das práticas extensionistas e como elementos essenciais para a construção de uma Extensão Universitária comprometida com processos formativos emancipatórios.

Na Extensão Universitária, pensar e agir criticamente são operações cognoscentes e intelectivas que tomam o saber não como uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Pelo contrário, o saber é compreendido como um objeto de conhecimento partilhado e colocado a serviço da coletividade. Trata-se de um saber intersubjetivo, interprofissional e situado em um contexto material e histórico, no qual os sujeitos envolvidos se reconhecem como participantes ativos do processo de construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, orientada por uma aprendizagem horizontalizada, confluem os saberes populares, culturais e científicos, configurando uma totalidade epistemológica emancipatória, multirreferencial, complexa, decolonial, insurgente e comunitária. Tal compreensão busca impedir práticas que promovam o mero ajustamento ou adaptação dos estudantes e dos membros da comunidade externa à realidade social existente, favorecendo, em vez disso, processos formativos comprometidos com a reflexão crítica e com a transformação social. Pensar e agir **criticamente** na geografia conceitual da Extensão Universitária nada mais é do que procurar conhecer o mundo, a partir, segundo Gonçalves e Quimelli:

[...] conhecimento da realidade social, a qual é moldada pelas condições econômicas e materiais. Esta realidade social deve ser **compreendida em seu contexto**, que geralmente é complicado e perpassado por **contradições**. Isso requer uma compreensão de que a realidade social **não é um processo linear e ininterrupto, sem contradições**, em que um fato histórico pode existir independentemente dos outros. (Gonçalves; Quimelli, 2016, p. 19, grifo nosso).

O exercício de pensar e agir criticamente, buscando conhecer o mundo, numa perspectiva interpretativa freiriana, é compreender que o conhecimento se desenvolve com a consciência de que se sabe pouco. E tendo se apropriado muito bem dessa consciência, o indivíduo se prepara para saber mais (Freire, 1979). Esta é a acepção dos *pensares/fazer* na implementação das ações extensionistas: entender que o conhecimento não é absoluto, não é estático, ele é movimento, é o *continuum* de possibilidades criadoras, é o “oxigênio” epistemológico necessário na consecução de artefatos no campo da extensão para a ação-

reflexão-ação e intervenção prática da realidade social, que é sinuosa, molhada de contradições, interrupções, recomeços, mudanças.

Destarte, pode-se asseverar que ‘molhar’ assertivamente a Extensão Universitária é possibilitar que todos os envolvidos nas ações extensionistas, tanto o público interno quanto o externo, tenham ou construam no processo da pesquisa-ação, um pensamento crítico-reflexivo, filosófico, desencadeador de posturas e atitudes participativas, dialógicas, interrelacionais, praxiológicas, promotoras das transformações das realidades na Universidade e externamente a ela.

O dispositivo de pensar e agir criticamente em um processo de pesquisa-ação substancia-se na utilização de metodologia e ferramentas de trabalho detentoras de “dimensões participativas, crítica e reflexiva, contribuindo para fortalecer o propósito emancipatório dos projetos universitários” extensionistas (Thiollent, 2002, p. 65). Nesse sentido, a ação de “pensar e agir criticamente” numa territorialidade extensionista significa questionar a realidade, compreender suas causas, contradições e relações de poder, e agir intercriticamente com os interessados para transformá-la, e não apenas descrevê-la. Nesse fluxo hermenêutico, Thiollent discorre sobre a metodologia da pesquisa-ação afirmando que ela:

[...] é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Nesse espaço, os pesquisadores, extensionistas e consultores exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados. Possíveis manipulações devem ficar sob controle da metodologia e da ética. (Thiollent, 2002, p. 67).

Essas particularidades metodológicas fortalecem o propósito emancipatório dos projetos extensionistas, na medida em que contribuem para ampliar a autonomia dos sujeitos envolvidos, estimular a consciência coletiva crítica e promover transformações sociais efetivas, em oposição a práticas que gerem dependência ou reproduzam perspectivas assistencialistas. Nesse sentido, o “processo freiriano da conscientização coletiva numa ação extensionista” (Freire, 1983, p. 36). desenvolve-se por meio de práticas que se desdobram em atos de currículo emancipatórios e coletivamente desterritorializados.



Quando inspirada na pedagogia de Paulo Freire, a universidade expande suas atividades em diálogo horizontal com a comunidade e com os diferentes sujeitos implicados nos pensares e fazeres extensionistas, buscando não apenas informar ou oferecer ajuda pontual, mas promover consciência crítica e transformação social coletiva. Nesse horizonte, o pensar filosófico, crítico, dialógico e rigoroso, que sustenta a construção de uma consciência coletiva nas práticas extensionistas, não pode negligenciar a compreensão das relações causais e da reflexividade problematizadora, pois, como afirma Freire (1987, p. 36), “o diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam”.

A práxis na Extensão Universitária

Para Bonafé (2013, p. 442), “não podemos pensar na cidade [comunidade] sem pensar no sujeito que nela habita, no sujeito que a interpreta, que nela vive ou sobrevive”. Compreendendo que tudo começa com a práxis – ação humana (Sánchez Vásquez, 1977), e, em conformidade com a assertiva de Bonafé (2013), não se pode pensar/fazer uma práxis extensionista com uma reflexão espontânea, sem refletir criticamente, sem uma práxis reflexiva sobre os sujeitos que habitam a comunidade. Uma práxis reflexiva configura-se como uma ação acompanhada de reflexão crítica – ela ocorre quando o(s) sujeito(s) não age(m) apenas por hábito ou necessidade, mas pensando *sobre o que faz, por que faz e quais são as consequências* – é um ato de currículo, ético e político. A práxis extensionista é aquela que se projeta para além da própria experiência individual, que ocorre além dos muros da universidade, influenciando ou envolvendo outras pessoas e contextos sociais.

Tomando emprestado a teorização de Bonafé (2013) e, por analogia, utilizando-a na construção conceitual da práxis na extensão universitária, pode-se afirmar que a comunidade onde acontece o labor extensionista é também uma ‘arquitetura’ cultural, um complexo dispositivo cultural. Nesse sentido, a comunidade não pode ser vista e nem tampouco compreendida como somente um território físico com casas, prédios, praças e ruas. Ela materializa a cultura – o conjunto complexo de conhecimentos, linguagens, experiências, discursos, narrativas, mensagens, símbolos, crenças, artes, valores, costumes, leis, hábitos e



capacidades que o grupo social compartilha, transmite entre gerações, moldando sua identidade e visão de mundo, “[...] onde se formam e transformam as biografias” (Bonafé, 2013, p. 442), bem como onde acontece as metamorfoses das realidades geográfica/física, filosófica, política e histórica, significando, ressignificando, construindo e desconstruindo movimentos acontecimentais experiencializados.

Vale destacar que a práxis na extensão universitária possibilita a compreensão do espaço comunitário como um território curricular ‘molhado’ de alfabetismos sociais, educacionais, históricos, políticos, econômicos, antropológicos, culturais, instituídos e instituintes, radicalizados em um conjunto de *saberes plurais* – que considera diferentes áreas, perspectivas e saberes – e *socialmente relevantes* – conectados às necessidades da sociedade/comunidade. Os alfabetismos práticos compõem o movimento curricular extensionista, onde os sujeitos que habitam na territorialidade universidade-comunidade ditam o seu currículo emancipatório e transformacional, mas, também, são por ele, afetados, formados, regulados e condicionados, pois:

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (Sacristán, 2013, p. 10).

Recorro às teorizações desenvolvidas por Sánchez Vázquez (1977) na sua obra “Filosofia da Práxis” para, por convergência conceitual, afirmar que nem toda atividade humana extensionista é definida como práxis. Ele conceitua “atividade” como os fazeres materializados por um sujeito a fim de transmutar uma matéria-prima, ao passo que “práxis” substancia-se na existência de uma intencionalidade política, focada a objetivos, que envolve uma finalidade ideal e um resultado material, real. Sánchez Vázquez (1977) expõe que a práxis humana é fundamental para compreender a realidade e promover a transformação social; quando edificada conscientemente e direcionada a objetivos emancipatórios, exponencializa a possibilidade de transformação da realidade e viabilização da liberdade e justiça. “Práxis” para Sánchez Vázquez (1977) não é apenas prática mecânica nem simples ação cotidiana. Ela



envolve as dimensões, inseparáveis da ação prática (transforma a realidade), da consciência (intenção, reflexão, projeto) e da transformação social (mudança histórica concreta).

Nesse contexto hermenêutico, a práxis é, portanto, ação humana consciente que transforma o mundo e, ao mesmo tempo, transforma quem age. Implica, indelévelmente, compromisso ético e político, pois, saber e agir não são neutros; e a práxis sendo critério de verdade, só existe, pois serve para libertar, emancipar e transformar. Partindo agora para o desenvolvimento de reflexividades definidoras sobre a "Práxis na Extensão Universitária", perspectivadas, conceitual e filosoficamente, no arcabouço teórico de Vázquez (1977), é possível inferir que a "práxis na extensão universitária" pode ser compreendida como atividade curricular, humanamente consciente, crítica e transformadora, que articula universidade e sociedade, unindo teoria acadêmica e prática social em um processo de transformação mútua. Tendo em vista o complexo conjunto de atos de currículo presentes na extensão universitária, "[...] nos leva a considerar a teoria do currículo como uma metateoria que engloba discursos teóricos gerados em outros territórios da educação e inclusive externos a ela" (Sacristán, 2013, p. 10).

Essa compreensão de que a teoria do currículo se configura numa metateoria, ou seja, em um estudo e reflexão sobre as próprias teorias do Campo do currículo, aqui, especificamente, o currículo extensionista, é aceitável discorrer sobre a *extensão universitária como práxis (e não como assistencialismo)*. À luz da teorização sobre a práxis de Sánchez Vázquez e, sendo a extensão uma atividade humana, é viável admitir que a extensão não é mera prestação de serviços; não é aplicação técnica de saberes prontos e nem tampouco ação unilateral da universidade sobre a comunidade. Ela só é práxis quando envolve consciência crítica, intencionalidade transformadora e participação ativa dos sujeitos sociais.

É mister também considerar que a comunidade não é objeto da ação, mas sujeito da práxis. Destarte, os *que fazeres* extensionistas se sustentam nas dimensões social, histórica, coletiva, ética e política. Na perspectiva da Filosofia da Práxis (Sánchez Vázquez, 1977), é admissível conjecturar que a extensão é social, pois ocorre em relações concretas. É histórica, por estar situada em contradições reais. É coletiva, por ser idealizada, construída com os sujeitos sociais, não para eles. Consequentemente, a comunidade não é apetrecho da ação – sem 'vida',



sem historicidade, mas sujeito da práxis – que age no mundo para transformá-lo. Possui um sentido ético-político, pois envolve escolhas e valores, assume compromisso com a emancipação humana, enfrenta desigualdades e contradições sociais.

É pertinente reafirmar que, por constituir-se como uma ação consciente, crítica e socialmente situada, a práxis na Extensão Universitária articula teoria e prática, universidade e sociedade, produzindo transformações tanto na realidade social quanto no conhecimento acadêmico e nos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, torna-se imperativo, do ponto de vista teórico-prático, vinculá-la ao tripé ensino–pesquisa–extensão, compreendido aqui como uma unidade dialética. Tal articulação realiza-se plenamente quando essas três dimensões se integram como uma práxis transformadora: o ensino institui-se como dimensão formativa da práxis; a pesquisa, como dimensão investigativa e crítica; e a extensão, como dimensão prática e social, voltada à interlocução com a sociedade.

Para Sacristán (2017, p. 99), “[...] o currículo pode ser visto como um objeto que cria em torno de si campos de ação diversos, nos quais múltiplos agentes e forças se expressam em sua configuração, incidindo sobre aspectos distintos”. Nesta lógica teórica-argumentativa, o corpus curricular do tripé ensino–pesquisa–extensão constitui uma práxis universitária, onde os seus diversos agentes e forças poderão desenvolver a sua materialização se, e somente se, a unidade consciente entre formação, produção de conhecimento e intervenção social esteja orientada pela transformação da realidade e pela formação de sujeitos críticos. Na perspectiva epistêmica freiriana, a práxis é uma ação, um *que fazer* refletido dos humanos sobre o mundo, objetivando transformá-lo.

Assim, no prisma interpretativo freiriano, a extensão não é “levar saberes prontos” à comunidade; muito pelo contrário, é diálogo de saberes, é reconhecimento de que a comunidade é concebida como sujeito do conhecimento – constrói, reconstrói, significa, ressignifica saberes. É de bom alvitre trazer para fazer parte desta parte da escrita sobre as reflexividades da Extensão Universitária na Práxis, a perspectiva teórica de Rodrigues (2005-2006):

Tradicionalmente, o trabalho extensionista na Universidade é percebido como uma prática pela prática, ou seja, em muitos casos, tem se constituído como uma prática sem significado, com a pretensão de atender determinadas demandas da sociedade. A “extensão universitária”, como



uma práxis, é uma ruptura com tal modalidade de trabalho de cunho “assistencialista”, no intuito de construir uma efetiva relação com a sociedade **pautada no “pensamento crítico”**. (Rodrigues, 2005-2006, p. 84, grifo nosso).

Rodrigues (2005–2006) nos convoca a refletir, de maneira mais aprofundada, sobre a centralidade ontológica da extensão universitária enquanto ação humana de natureza praxica. Para o autor, a práxis extensionista, compreendida como uma instrumentalidade político-pedagógica, rompe com a naturalização de ações pontuais e emergenciais desprovidas de significado emancipatório, as quais se limitam a atenuar necessidades imediatas sem promover transformações estruturais. Para ele, a práxis rompe com práticas assistencialistas ao promover diálogos entre a universidade e a comunidade, capazes de fomentar um pensamento crítico-reflexivo, fundamental para ampliar as possibilidades humanas de transformação.

Assim, a universidade somente instituirá uma extensão orientada pela práxis se possuir um corpo institucional consciente, isto é, uma consciência intencionada ao mundo e à realidade, e se estiver disposta a influenciar e ser influenciada pela comunidade que a acolhe. Isso implica “derrubar” seus muros epistêmicos que, muitas vezes, são concebidos como verdadeiros “feudos” epistemológicos: hierárquicos e impositivos, que a colocam em uma espécie de “nuvem” de obscuridade, impedindo-a de agir de modo crítico e político e levando-a a praticar apenas ações extensionistas de caráter assistencialista (Rodrigues, 2005–2006).

Considerações conclusivas

À luz das discussões reflexivas empreendidas, compreende-se que a Extensão Universitária se configura em um processo interdisciplinar, perspectivada numa multirreferencialidade de saberes, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e que não fica restrita a uma única disciplina, ou seja, a uma única territorialidade epistemológica. É, portanto, assertivo pontuar que a universidade não pode estar hermeticamente enclausurada em seu ‘fabril’ exportador de conhecimentos, pois, ela não apenas leva conhecimento pronto, mas dialoga e aprende com a comunidade. Consequentemente, faz-se necessário que ocorra a transição paradigmática do ensino universitário para o pluriversitário, desenvolvido com



coparticipação, pluralidade e heterogeneidade de saberes, no qual a desterritorialização do conhecimento, a intercríticidade e a multirreferencialidade sejam promovidas, num diálogo socialmente construído.

Sustentou-se a reflexividade de que seria um erro seguir na estrada didática da Educação Bancária para a operacionalização dos *pensaresfazeres* na/da Extensão Universitária, haja vista que o Pensar e agir criticamente, numa perspectiva freiriana, são ações práticas que se configuram como o “molho da Extensão Universitária”, com o escopo de perseguir o conhecimento do mundo, compreendendo que o conhecimento se desenvolve com a consciência de que se sabe pouco. E tendo se apropriado muito bem dessa consciência, o indivíduo se prepara para saber mais e, nesse sentido, os aportes de Paulo Freire reafirmam que a práxis extensionista reflexiva é um pensar/fazer consciente, intencionalmente político, onde o(s) sujeito(s) reflete(m) criticamente sobre seus feitos, seus atos de currículo, com a finalidade precípua de desenvolver uma ação prática reflexiva, que impacte a sociedade, promovendo transformação, aprendizado coletivo e autonomia. Outro fluxo reflexivo que foi explicitado é sobre o imperativo teórico-prático de implicar a Extensão Universitária na Práxis com o tripé “ensino-pesquisa-extensão”, aqui compreendido como uma *unidade dialética*, cuja articulação só se realiza plenamente quando essas três dimensões se integram como práxis transformadora.

Diante das reflexões desenvolvidas, cabe-nos aqui uma insone interpelação reflexiva, orientadora e generativa: Até que ponto o Pensar Crítico e a Ação Crítica estão sendo lastros epistemológicos, arquiteturas curriculares nas nossas universidades, a fim de podermos idealizar, construir e desenvolver ações extensionistas mais horizontais, impactantes, dialógicas e emancipatórias junto às/e com as comunidades que estão no seu entorno geográfico?

Referências

ALVES, Nilda *et al.* (Org.). **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004.

BONAFÉ, SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.



BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante**: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFSCar; Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

CALLONI, Humberto. Breve ensaio sobre o conceito de interdisciplinaridade e a noção de “totalidade” em Paulo Freire. **Educação**, v. 27, n. 1, p. 113-119, jan./ jun. 2002.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, John David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1994.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2025.

FREIRE, Paulo. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. **Princípios da extensão universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Against war**: views from the underside of Modernity. Durham: Duke Press, 2008.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p.1-18, 2017.

MIGUEL, José Carlos. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11534>



RIOS, David Ramos da Silva; SOUSA, Daniel Andrade Barreto de; CAPUTO, Maria Constantina. Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, e180080, p.1-20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180080>

RODRIGUES, Rogério. A extensão universitária como uma práxis. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 5, p. 84-88, 2005-2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340/10820> Acesso em: 22 dez. 2025.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo como confluência de práticas. *In*: SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar (Org.). **A Universidade no século XXI: por uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos Estudos – CEBRAP**. São Paulo, v. 3, n. 79, p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 ago. 2024.

SERVA, Fernanda Mesquita. **A extensão universitária e sua curricularização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Cronos**, Natal-RN, v. 3, n. 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730>. Acesso em: 21 out. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2013.

VASCONCELOS, Paulo Sergio Souza. **Espaços comunitários para a infância e a juventude na contemporaneidade da “Terra Brasilis”**: o potencial na construção de cidades educadoras. Orientador: Remi Klein. 2014. 83 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade Est/PPG, São Leopoldo, 2014.



ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/Dialogicidade. *In*: STRECK, Danilo Romeu; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Recebido: 23. 01.2026

Aceito: 13.02.2026

Publicado: 17.03.2026



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

